

Canale chama parlamentares para votar

O senador Mendes Canale, integrante da Mesa do Senado, começou ontem a expedir telegramas a todos os membros do Congresso Nacional, transmitindo um apelo do presidente da República em exercício, Itamar Franco, no sentido de que venham votar o projeto de suplementação orçamentária no próximo dia 9 de outubro, a fim de acabar com a crise de verbas que está paralisando diversas atividades e órgãos no Executivo, Legislativo e Judiciário.

Na mensagem, ele pede aos colegas que venham a Brasília tão logo as eleições estejam concluídas, sob o argumento de que o atraso na votação da suplementação orçamentária tem causado sérios problemas de caixa, inclusive para o Poder Legislativo. O Senado, por exemplo, precisou entrar em acordo com os credores para obter uma prorrogação dos prazos de vencimento de suas contas. De outra forma, já teriam sido cortados serviços como o de limpeza, correios, telefone e até os convênios hospitalares de

que os funcionários são beneficiários.

Mas não é a primeira vez que o Senado recorre a acordo com os credores. Segundo o senador Mendes Canale, responsável pelo setor administrativo da Casa, em anos anteriores houve atraso no repasse de recursos ao Poder Legislativo. "A única diferença é que o problema agora atinge toda a administração pública. Mas aguentaremos mais alguns dias; afinal, se o Governo está conseguindo prorrogação dos débitos junto aos credores externos, por que não conseguiremos com os nossos?" - indaga o parlamentar.

Mesmo enfatizando a necessidade de votação urgente da suplementação orçamentária, Canale fez questão de advertir que a culpa pelo atraso cabe ao Governo, não ao Congresso: "O Palácio do Planalto só nos remeteu a matéria às vésperas do recesso de julho. Depois, retirou sua bancada do plenário quando o assunto entrou na Ordem do Dia. Se houvesse interesse real eles teriam vindo votar".

A utilização de medida provisória sobre matéria orçamentária, como o Governo chega a cogitar, também é condenada pelo senador. Ele lembrou que a Constituição delega expressamente ao Legislativo competência para decidir sobre este tipo de assunto. Da mesma forma, entende o parlamentar que ainda não se configura a situação de calamidade pública, na qual o recurso poderia vir a ser utilizado. "Não teremos calamidade pública nos próximos dez dias, quando os parlamentares estarão de volta a Brasília para definir a matéria, dentro das normas constitucionais. A medida provisória só serviria para tumultuar o processo", conclui.

O Orçamento Geral da União, aprovado para este ano, foi calculado a preços de maio de 1989 e estava totalmente defasado, quando o atual governo assumiu. Os Cr\$ 3,04 trilhões já foram revisados várias vezes. Agora, o Congresso está examinando um pedido de suplementação de Cr\$ 2,54 trilhões, com o que seu valor global subirá para Cr\$ 8,14 trilhões.